

MANUEL FERREIRA *

DESBLOQUEAMENTO PARA A PRODUÇÃO, EDIÇÃO E CIRCULAÇÃO DO LIVRO AFRICANO

O sistema colonial, nomeadamente o que preenche o período fascista, condicionou fortemente a produção do texto africano. Entenda-se aqui, por comodidade ou necessidade de melhor explicitação, como texto africano aquele que possui uma relação com a África, independentemente da natureza dessa relação. Tanto pode ser uma obra marcada ou contaminada pelo pensamento colonial como a que se pretende integrada numa perspectiva nacionalisticamente africana. Porque ambas as coisas, embora tão diferentes e até por definição opostas ou mesmo contraditórias, andaram metidas no mesmo saco pela generalidade dos comentadores, dos críticos, dos divulgadores, e até às vezes dos próprios editores, nomeadamente os editores oficiais. Na verdade, se entre eles havia quem tivesse verdadeira consciência do conteúdo de certas obras que escapavam à linha exigida pelo ideário oficial, nem sempre isso acontecia com todos os que intervinham e manipulavam a produção e a circulação do livro africano. É o sinal evidente das contradições próprias de uma situação complexa, não inteiramente controlável na sua dinâmica, mesmo por aqueles que muito desejariam e precisariam de a controlar.

Por outro lado, na Metrópole a edição do livro africano, escassamente diversificada, centrava-se em grande parte, em dois organismos oficiais: a Agência-Geral das Colónias (depois «do Ultramar») e a Junta de Investigação Científica do Ultramar; e de 1959 a 1965 na Casa dos Estudantes do Império.

A vocação da Junta de Investigação Científica do Ultramar, de conformidade com a sua própria designação, era a da edição da obra científica, que abrangia áreas tão diversas como

* Professor da Faculdade de Letras de Lisboa; director da revista *África*.

as que iam das ciências naturais às ciências humanas e sociais e políticas, mas sobretudo das primeiras e das últimas. A vocação da Agência-Geral do Ultramar apartava-se um tanto da Junta de Investigação Científica do Ultramar dado que as suas edições privilegiavam as ciências humanas e sociais, dando pouco relevo às ciências naturais e de certo modo às ciências políticas.

No cômputo geral, as dezenas, as centenas de obras publicadas por estes dois organismos vêm marcadas pela ideologia oficial ou seja, a ideologia colonial. No entanto, seria injusto não ressaltar a importância de várias obras que reflectem a preocupação de seriedade e objectividade científica.

Acentue-se, ainda, que a criação destes dois organismos nasceu sob o signo do programado impulso para o incremento do interesse pelas coisas coloniais, ao sopro da mitologia criada e acerbamente cultivada e desenvolvida nos inícios dos anos 30, quando o Estado Novo toma como razão superior da existência da Nação Portuguesa o seu Passado Histórico contido nas Descobertas e nas Conquistas. Ou seja, na necessidade da exaltação patriótica que tivesse como paradigma a existência dos territórios coloniais, onde estavam os povos avassalados pelos Portugueses. O discurso do Poder, da imprensa, da rádio; o teor dos prefácios de certos livros e a «introdução» de certas revistas, às vezes subscritos por altos dignitários do saber oficial ou do poder institucional; o discurso dos exaltados comícios políticos; as decisões de dimensão nacional, como a criação da Legião Portuguesa, a publicação do Acto Colonial, o surto de jornais e revistas às vezes aparentemente inofensivos, mas lentamente ganhando os contornos da definição colonial; em tudo isso a máquina oficial vai-se fortalecendo e sublimando no sentido de eficazmente perseguir o florescimento de um estilo, de uma retórica e de uma estética imperial. E esse discurso exclusivo orienta-se determinadamente para os livros, para as escolas, para as Universidades, inclusivamente para as crianças na utilização de processos vários: os textos, os famigerados textos que se tornaram «únicos», medida que depois se estende ao ensino secundário; os mapas ilustrando a grandeza imperial de Portugal que ia «do Minho a Timor»; a formação da Mocidade Portuguesa, a exemplo da Legião Portuguesa para adultos. Uma encenação montada a rigor para a transfiguração de um Portugal «moribundo». A Grande Guerra de 1939-1945, os ventos da Democracia do pós-guerra, as campanhas presidenciais, as forças organizadas da clandestinidade, as lutas académicas dos anos 50 e 60, frustraram os objectivos da camada oligárquica da Nação: instaura-se um discurso colonial, constrói-se um texto imperial, um complexo e ambicioso texto imperial formado de

múltiplos signos: literários, culturais, sociais, históricos, pictóricos, esculturais, arquitectónicos, emblemáticos, etc.

É também o tempo das publicações literárias, como *O Mundo Português*, portador de iluminada consciência colonial, ressaltando embora a colaboração de nomes importantes que nada tinham a ver com uma literatura colonial, antes autores genuínos de literaturas nacionais. Ou o *Descobrimento*, o *Atlântico*, o *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, o *Panorama*, etc. Dando cobertura aos escritores coloniais, e embora sem probabilidades de êxito comercial, mas no favor da ajuda oficial, a Editora Pax, de Braga manteve a regular publicação de obras de autores de literatura «ultramarina», normalmente bem comprometidos com o regime ou a ele afectos. E enquanto tudo isto acontecia, o mercado nacional ia produzindo obras literárias coloniais tantas ou tão poucas que, em seis dezenas de anos, se cifram por centenas de romances e livros de poesia. Feliz ou infelizmente a quase totalidade afundou-se no esquecimento e na poeira de velhas bibliotecas ou nos amontoados dos nossos alfarrabistas.

Leva um certo tempo a desenhar-se a criação de um espaço orientado para a valorização real da África que compensasse e contrariasse a pseudo-valorização da ideologia colonial-fascista. De entre os primeiros não ficará mal citar, estranhamente que pareça, Joaquim Namorado, que nunca pisou terras de África, mas que no semanário *O Diabo* publicou, em 1940, o poema, «África» cuja perspectiva era determinada-mente anti-colonial. Mas a obra a que o tempo veio ajudar a dar uma dimensão bem significativa foi *Ilha de Nome Santo*, de Francisco José Tenreiro, integrada na colecção coimbrã neo-realista «Novo Cancioneiro». Entretanto, ainda na década de 40, Alexandre Cabral traz as suas ficções «africanas» e, mais concretamente ainda, a vasta obra de Castro Soromenho, o *Chiquinho* de Baltasar Lopes, etc., que, pontuando certos momentos de um largo período, concorreram para chamar a atenção para a outra face da realidade africana.

Essa face vinha a revelar-se e a personificar-se na Casa dos Estudantes do Império, fundada em 1945, a quem, no ano de 1952, é imposta uma Comissão Administrativa, da qual só conseguiu libertar-se no ano de 1957, indo encontrar, depois, a sua violenta extinção no ano aziago de 1965.

Organismo criado com a intenção de dar guarida aos estudantes que vinham de África, sendo ao mesmo tempo uma forma de os arregimentar e controlar, a Casa dos Estudantes do Império não levou muito tempo a «libertar-se» dessa domesticação e, em vários planos, orientou a sua acção para a divul-

gação do saber africano. Nesses dois períodos distintos, mas ambos em plena actividade — o do nascimento até 1953 e do ano de 1957 a 1965 — uma das suas mais valiosas acções foi a de concretizar o seu plano editorial que se cifrou por várias obras, algumas delas policopiadas. Nada mais nada menos do que seis antologias, de poesia ou de contos, abrangendo Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe; treze obras da Colecção Autores Ultramarinos, duas obras de etnografia, e ainda a sublinhar a sua revista *Mensagem* de que se publicaram 35 números. Com efeito, a acção desenvolvida pela C.E.I., onde se destacaram os nomes de Costa Andrade e Carlos Ervedosa, através da edição do livro, e até de outras actividades culturais, como colóquios, conferências, exposições, associativismo, recreativismo, etc., foi notável e constitui uma pedrada no charco, já que tudo isto se fez em pleno período do fascismo, no interior da capital do Império, e em ritmo intensificado nos anos que se seguiram ao desencadeamento da luta armada iniciada em 1961. Aqui, sim, a lei era a África e todo o plano de edições se levou a cabo segundo o princípio de que a literatura africana era uma coisa de contornos bem definidos, e nada tinha a ver com a literatura colonial. Só que, não obstante a dimensão do seu esforço, as edições da C.E.I. eram de tiragens limitadas. Funcionando em circuitos de distribuição fora das áreas normais, terminaram por ser consumidas, na quase totalidade, apenas por estudantes universitários ou intelectuais africanos ou por um ou outro intelectual português ligado às questões africanas, convivendo e actuando, cultural e politicamente, com a diáspora africana, quer de Lisboa, quer de Coimbra. Mas isto não invalida nem os efeitos imediatos nem as consequências posteriores, inclusivamente as históricas, como é, por exemplo, o facto de estarmos agora aqui a relatar os casos acontecidos.

No resto, era a edição por determinadas editoras, nomeadamente de obras de literatura colonial, que vinha lá de trás da década de 20, cresce na década de 30, e se vai desenvolvendo pelas décadas seguintes. De permeio com esta produção, muita dela de autores cujos nomes se perderam, diríamos, definitivamente, começa a aparecer um ou outro nome de valor e feição autenticamente africana como referimos. Já mais próximo, aí pelos inícios da década de 70, as Edições 70 publicaram a 2.^a edição de *Luuanda* de Luandino Vieira, que havia sido galardoado com o Grande Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1964. Esse facto foi o desejado pretexto para o Governo de Salazar mandar destruir aquela Sociedade, enquanto quatro dos cinco componentes do júri conheciam as prisões da Pide. Era o sinal evidente de que, na óptica oficial,

não havia a mais pequena contemplação para a aventura daqueles que intentavam os caminhos de uma literatura autenticamente africana.

Pode dizer-se que, *de uma maneira geral*, aí até aos fins da década de 60, os escritores africanos publicaram as suas obras na Metrópole. Há excepções, claro, e um parêntesis especial deve ser aberto para Moçambique que sempre parece ter querido e sabido descobrir e vencer todas as dificuldades no sentido de serem ali mesmo, através de colecções dirigidas por escritores, editadas as obras moçambicanas por editoras locais. Algumas vezes terá funcionado também a iniciativa própria, o caso, por exemplo, de Rodrigues Júnior cuja obra, porém, é de natureza colonial.

Há um momento em que, em Angola, surge uma iniciativa rasgada à divulgação de autores africanos, nomeadamente angolanos. Foi a *Imbondeiro*, em 1960, dirigida e dinamizada, sobretudo, por Garibaldino de Andrade, ficcionista português da área neo-realista. A *Imbondeiro*, através dos seus cadernos mensais, das suas antologias de contos e poemas, do seu boletim, etc., lenta e seguramente, logrou saltar as fronteiras de Angola para penetrar nas ex-colónias portuguesas e, simultaneamente, em Portugal, Açores, Madeira e admite-se ainda que em certos círculos brasileiros. Embora, por estratégia política, incluisse também escritores que nada tinham a ver com a África e alguns deles até com ligações com o regime, *Imbondeiro* soube prestigiar-se e na altura desempenhou um papel de relevo na divulgação e prestígio das literaturas africanas. Mais tarde, surgem as edições de David Mestre, e os Cadernos Capricórnio lançados por Orlando de Albuquerque, no Lobito. Aí, em Angola, com uma razoável tradição de páginas literárias, nos fins da década de 60, Carlos Ervedosa dinamiza a página de «Artes e Letras» de *A Província de Angola*, que desempenhou um papel que nenhuma outra soube desempenhar. Em Moçambique, a partir dos anos 50, a parte activa de divulgação foi orientada através da célebre folha *msaho*, 1953 (um número apenas), de *Paralelo 20* e as páginas literárias de *O Brado Africano*, *Voz de Moçambique*, sobretudo. De Cabo Verde, cedo veio a revista *Claridade*, 1936, a *Certeza*, 1944, o *Suplemento Cultural*, 1959, etc.

Em resumo, e tirando as edições da Casa dos Estudantes do Império, mais de 90% da restante produção editorial era de *literatura colonial*, ainda que não se possa deixar de dar o devido relevo a várias obras de ficção e poesia que foram e continuam a ser pedras fundamentais das literaturas africanas. Mas não poucos foram os autores que tiveram de guardar na

gaveta certas obras, dada a impossibilidade de serem publicadas em tempo de Censura e Pide. E quando não foram guardadas na gaveta, ficaram guardadas na memória do Autor, o que é o mesmo ou ainda pior.

A vigilância, a perseguição, a prisão, o exílio, a censura, construíram uma máquina infernal contra o aparecimento e divulgação de obras fundamentais das literaturas africanas de expressão portuguesa. Sabemos quanto a Censura e a Pide foram instrumentos devoradores da produção normal literária em Portugal. Mas saiba-se que, a partir de certa altura, aí por volta dos inícios dos anos 50, a repressão literária começou a sublimar-se no diabolismo dos seus processos. É impossível delimitar a extensão dos males causados pelo colonialismo quanto ao natural desenvolvimento de uma literatura africana, mas não podemos ter dúvidas de que a tirania policial atingiu as raízes da obscenidade.

Algumas obras foram publicadas no estrangeiro: Brasil, Itália, URSS, Argélia, Paris, Lusaka, etc. Mas os mecanismos policiais tornaram-se suficientemente aptos para evitar que essas obras entrassem em quantidade razoável, quer em Portugal quer nas ex-colónias portuguesas. Foi ainda possível que os críticos e os divulgadores da «literatura ultramarina» tivessem metido tudo no mesmo saco e espalhado a confusão, não permitindo uma metodologia nem sequer uma sensibilização para se operar a destrição entre *literatura colonial* e *literatura africana*.

Com o 25 de Abril e, consequentemente, a descolonização e no ano seguinte a independência nacional, e em simultâneo a completa liberdade de expressão para o nosso país —, as coisas ganharam um novo rosto. Vamos assistir a outra dinâmica trazida pela liberdade de expressão e pelo espírito novo em toda a sua plenitude.

De imediato, a Agência-Geral do Ultramar e a Junta de Investigação Científica do Ultramar interrompem a sua actividade e a primeira, inclusivamente, termina por ser extinta. Uma ou outra editora, como a Editora Pax, que citámos atrás, vocacionadas para a edição de obras coloniais e que, directa ou indirectamente, eram ajudadas pelos organismos oficiais (o caso da Agência-Geral do Ultramar, por exemplo), através da aquisição de uma porção razoável de obras, interromperam a sua produção editorial «ultramarina». Por outro lado, editoras portuguesas, sediadas, sobretudo em Lisboa, embora não exclusivamente, ensaiaram a publicação de obras algumas delas até então proibidas ou sobre as quais recaíam muitas dúvidas quanto às probabilidades de passarem incólumes perante a Censura

ou a Pide. O caso de Luandino Vieira ou Castro Soromenho para não falarmos de Agostinho Neto ou de um Costa Andrade, um Mário Pinto de Andrade, um António Jacinto, um Marcelino dos Santos, enfim, uma quantidade enorme de autores considerados tão perigosos como os grandes criminosos da humanidade. Foi então que, de um dia para o outro, como dizíamos, o mercado português se viu enriquecido por obras desses autores, inclusivamente antologias de poesia africana substituindo aquelas que circulavam sob a designação de «ultramarinas». Com a vantagem de esse *corpus* incorporar não só o ensaio literário como o estudo económico, histórico, político, alargando o horizonte cultural e ideológico de África.

Entretanto, em Angola, com a criação da União dos Escritores Angolanos, em 1975, logo após a independência nacional, foi desencadeado o surto editorial de modo impressionante. Essas obras compostas e impressas em Portugal dão azo a que as editoras encarregadas dessas edições para Angola reservassem uma edição paralela para o nosso país. Em pouquíssimos anos dezenas de obras (romance, conto, poesia, teatro, ensaio, estudo, etc.) foram dadas a conhecer ao público português. Tem sido mais lento o processo em relação às outras ex-colónias portuguesas. Mas nem por isso, com maior ou menor expressão, a actual produção editorial deixou de ser exercida na Guiné-Bissau, em S. Tomé e Príncipe, em Cabo Verde por intermédio de pequenas antologias de poesia, cadernos, folhetos, plaquetes, destacando-se a recente Colecção Dragoeiro, lançada neste último arquipélago. Enquanto isso, Moçambique criava, primeiro a sua Colecção de Autores Moçambicanos e logo a seguir os cadernos *Tempo*. Por sua vez, os jovens surgem na ribalta organizando-se, fortalecendo a prática e o consumo da obra literária. A Brigada Jovem de Literatura, de Angola, lança o seu órgão próprio, *Aspiração*, a sua colecção de cadernos de poesia; em Moçambique acaba de ser lançada a revista *Charrua*, iniciativa e congregação dos jovens escritores moçambicanos. Mas isto independentemente do facto de os escritores mais velhos possuírem o seu órgão específico, *Lavra & Oficina* para Angola; *Raízes e Ponto & Vírgula* para Cabo Verde; e, em breve, *Quenguelêquêze* para Moçambique.

Em Portugal é criada a revista *África*, que se pretendeu tanto quanto possível um espelho da força criativa dos cinco países africanos e ao tempo que se orienta para a divulgação das literaturas africanas em Portugal, preocupa-se, também, e fundamentalmente, em ser um espaço de encontro entre os países africanos.

A imprensa portuguesa, de uma maneira geral, e até a Radiotelevisão e a RDP, embora se lhe devam assacar sérias responsabilidades pela demonstração de uma razoável inapetência para a divulgação da criatividade literária, artística e cultural africana —, apesar de tudo, alguns dos seus elementos têm-se esforçado por marcar uma presença africana nos órgãos de comunicação social.

Cedo o ensino destas literaturas penetrou na Universidade portuguesa, primeiro na Faculdade de Letras de Lisboa, logo no ano de 1974, dois anos depois na Faculdade de Letras do Porto e sucessivamente em Coimbra, Madeira e Faro, nestes dois últimos casos com o apoio da Faculdade de Letras de Lisboa. Quer em Portugal, quer em diversos países europeus ou americanos, surgem os artigos especializados, os colóquios, as conferências, as entrevistas, os simpósios. Ainda recentemente em Paris o Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian ali organizou, com pleno êxito, o I Colóquio de Estudos das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.

Eis a verdade. Quanto mais nos distanciamos, no tempo, em relação ao 25 de Abril de 1974, mais consciência vamos adquirindo da natureza do bloqueamento provocado pelo colonialismo e pelo fascismo sobre a produção literária africana. Porque, talvez não o tenhamos acentuado bem, essa privação exercia-se de dois modos: de um lado, a Pide e a Censura; de outro, os críticos oficiais. Só a eles, aos comentadores, divulgadores, propagandadores era dada a voz. Como se pode compreender, e hoje afirmar com inteira serenidade, e sem qualquer *parti-pris*, por convicção ou fidelidade e alguns sem dúvida por subserviência ao regime exaltavam as obras vinculadas à mitificação colonial e, ao contrário, deturpavam e deformavam ou simplesmente ocultavam as obras que veiculavam os índices e comportamentos definidores do texto africano. Com efeito, a sua função era a de dirigir, domesticar as consciências criativas.

Esta atitude não incidia apenas na crítica, no romance ou na poesia. Ia mais longe: ia às antologias, às bibliografias, aos textos escolares, aos programas liceais, entrava nas casas, nas livrarias, nos quiosques, nos clubes, nas redacções dos jornais, nas Faculdades. E depois do desencadeamento da guerra do ultramar, em 1961, a vigilância, o aperto do cerco, a estrangulação da voz literária, tudo isso se sublimando — a ordem era o silêncio do texto: a morte da obra literária.

O 25 de Abril, com efeito, operou uma transformação total e profunda. A literatura colonial desde o romance, o conto, a poesia, o teatro, a crítica literária e histórica, até à imprensa, o tempo se está encarregando de a reduzir à sua verdadeira

expressão. Tamanho afã para valorizar o que não podia ser valorizado se esvaiu, definitivamente. Verifica-se que essa gigantesca máquina colonial montada para a criação da histeria imperial foi um esforço inglório, porque era a tentativa de uma enunciação cujo enunciado não se ajustava ao destinatário que o tempo histórico, irreversivelmente, forjava.

Agora, sim, com a liberdade conquistada pelos cinco novos países africanos, com a liberdade que o povo português readquiriu, com a revolução do 25 de Abril, o Destinador, integrado nas linhas dinâmicas do tempo histórico, fornece ao Destinatário, que somos nós, homens livres, a mensagem desejada, facultativa e não constrativa.

Centenas de professores saídos das Faculdades, nestes últimos dez anos, com a cadeira das literaturas africanas de expressão portuguesa, estão espalhados pelos liceus do país capazes de se desempenharem de missões ou funções pedagógicas ligadas às literaturas africanas eventualmente exigidas pelos programas ou pelas circunstâncias contextuais.

Foi largo o relevo dado pela Associação Portuguesa de Escritores às literaturas africanas de expressão portuguesa aquando do II Congresso, onde estiveram presentes, como observadoras, delegações de escritores dos cinco países. Aí mesmo nesse Congresso nasceu a decisão de se levar a cabo o I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa. De momento com a participação das associações de escritores dos sete países, aos quais aliás poderá vir a juntar-se um oitavo, a Galiza, o Congresso está em marcha.

Criadas assim as condições para o convívio, a fraternidade, para o debate e a troca de experiências, em liberdade nos reencontramos e reconhecemos nesse texto novo, aberto, inventivo, que todos nós colectivamente construímos carregado das marcas reprodutivas e vivificadoras da intertextualidade, e que as forças obscuras durante décadas, encarniçadamente tentaram abafar. Em vão.